

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.788, DE 2004

Acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre tubos de escape de caminhões, ônibus, microônibus e tratores.

Autor: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

Relator: Deputado ROMEU QUEIROZ

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob análise, de autoria do ilustre Deputado Ronaldo Vasconcellos, tem por objetivo acrescentar entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, previstos no art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, tubo de escape com lançamento de gases acima do nível mais elevado do veículo, localizado na parte traseira esquerda do mesmo, com demais especificações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Argumenta o Autor, na justificção da proposta, que os motores movidos a óleo diesel são responsáveis pela emissão de partículas altamente nocivas à saúde humana, provocando, especialmente em grandes centros urbanos, muitas doenças respiratórias. Alega ainda que com o lançamento dos gases do escapamento em nível superior ao dos veículos, tais efeitos seriam reduzidos, devido ao fato de os jatos de fumaça não serem mais expelidos diretamente nas pessoas, bem como a uma melhor dispersão das partículas na atmosfera, obtida com esse sistema.



262491BF45

Por fim, o Autor justifica que alguns países já tornaram obrigatório o uso de tubo de escape na posição vertical, bem como a cidade de São Paulo, detentora da maior frota de veículos do País, que adotou essa norma desde 1953.

Cabe a esta Comissão de Viação e Transportes, nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre matéria referente a legislação de trânsito e transporte, no que concerne ao seu mérito. Posteriormente, a proposta deverá ser submetida ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL nesta Câmara Técnica.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa de se disciplinar a localização do escapamento dos veículos automotores não é nova, sendo que o tema tem sido recorrente neste Parlamento há mais de 30 anos. Não sem razão a existência de tantas proposições nesse sentido, pois o problema da poluição veicular é grave, especialmente em corredores de tráfego e áreas centrais de grandes cidades, densamente povoadas.

Reconhecemos, portanto, a nobre intenção do Autor do projeto, que demonstra elevada preocupação com a saúde e com o bem-estar públicos. Tecnicamente, no entanto, há que se refletir sobre alguns pontos positivos e negativos da proposta, para evitarmos que um possível benefício em uma área traga prejuízos até maiores em outras.

Inicialmente, concordamos que em boa parte das situações o posicionamento vertical do tubo de descarga dos veículos proporciona uma melhor dispersão dos gases e partículas na atmosfera. Em outros casos, porém,



essa situação pode ser causadora de transtornos até maiores, como os que relatamos a seguir.

Para os caminhões, por exemplo, há situações de transporte de produtos inflamáveis, onde as regras de segurança desaconselham a posição vertical do escapamento, até pelo risco de faíscas que podem facilitar uma combustão. Também há casos de transporte de cargas *in natura* para consumo humano, como hortaliças, ou de carga viva, como frangos e porcos, que podem ser inviabilizados pelo uso do escapamento vertical.

Já no caso dos ônibus, existem problemas técnicos de posicionamento a serem superados, especialmente no caso de veículos articulados com motor dianteiro. Há ainda a questão da escolha do lado do tubo de escape, visto que é cada vez mais comum a existência de corredores e estações onde o embarque e desembarque pode ser feito pelos dois lados do veículo, situação em que seria mais adequado um posicionamento central do tubo.

Para os microônibus, o uso do tubo na vertical pode ocasionar a descarga dos gases ao nível da janela de veículos maiores e, especialmente para os tratores, a obrigatoriedade de fixação do escapamento em um local único pode inviabilizar diversas aplicações para as quais o veículo poderia ser usado, especialmente na agricultura.

Cabe lembrar que, praticamente em todos os casos, ocorreria um prolongamento na extensão do tubo, o que certamente altera as condições de funcionamento dos motores devido à maior contrapressão resultante do processo de expulsão dos gases, demandando, assim, alterações adicionais para que sejam mantidos os níveis adequados de temperatura e de trabalho dos motores.

Como se vê, são muitos os fatores que devem ser considerados antes de se determinar uma forma única de instalação dos tubos de escape para os caminhões, ônibus, microônibus e tratores. Pode-se observar que o legislador tomou esse cuidado ao elaborar o CTB, fazendo constar no art. 105



apenas alguns poucos equipamentos obrigatórios, e remetendo as demais obrigatoriedades à regulamentação do CONTRAN.

Concordamos com essa delegação, pois o CONTRAN, com o auxílio das câmaras técnicas e dos estudos promovidos pelo DENATRAN, poderá oferecer soluções mais adequadas, e personalizadas para as diversas situações existentes. Além disso, entendemos que essa forma de legislação complementar possui maior flexibilidade que o texto de lei, sendo mais recomendável para a regulação de assuntos estritamente técnicos.

Por fim, mas não menos importante, temos o fato de a mudança na geometria do escapamento não interferir em nada no tipo e na quantidade de poluentes emitidos pelo veículo. A redução nos níveis desses gases e partículas, que julgamos essencial, já vem sendo obtida ano a ano, por meio da implementação de etapas cada vez mais restritivas do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.

Na atualidade, os veículos comerciais produzidos no Brasil já são bem menos poluentes que os de alguns anos atrás, e também já possuem soluções de escapamentos muitíssimo menos agressivas que as dos veículos mais antigos. Além disso, nos casos em que o uso do tubo de escape vertical for o mais indicado para as condições de operação do veículo, nada impede que este seja adotado, como o é em boa parte da frota de grandes cidades brasileiras, mesmo não existindo a obrigatoriedade legal.

Diante do exposto, em que pese a valorosa intenção do Autor da matéria, por julgarmos que a generalização proposta é tecnicamente inviável e o tema não deve ser tratado em texto de lei, somos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.788, de 2004, no que concerne ao seu mérito.



Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado ROMEU QUEIROZ
Relator

2004_14371_Romeu Queiroz_230.sxw_230



262491BF45